



Trabalho, emprego e renda: as condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores em tempos de domínio tecnológico na produção

Rafael Bellan Rodrigues de SOUZA *

 <https://orcid.org/0000-0003-0165-2927>

O ano de 2022 ficou marcado pelo arrefecimento da pandemia de Covid-19, depois de um período de devastação social e dizimação de vidas humanas pelo mundo, com assombroso destaque para o Brasil, contaminado não só pelo vírus, mas pelo criminoso negacionismo governamental que, em prol do capital, escolheu as vidas a serem ceifadas. O metabolismo social do capital e sua lógica incontrolável (MÉSZÁROS, 2002) intensificou nos últimos cinquenta anos a corrosão da natureza e instaurou a barbárie social, arquitetando globalmente as condições que possibilitaram a disseminação catastrófica do vírus. O proto-fascismo político do miliciano na presidência foi a face periférica desse ímpeto destrutivo, felizmente derrotado em outubro por uma ampla frente de lutas.

A explosão da pandemia revelou os altos índices de empobrecimento e miséria da classe trabalhadora e os elevou em outro nível. A crise sanitária não atingiu a todos da mesma forma. Ficou claro que o capitalismo é inflexível nas suas formas de classificação, no sentido da penalização das classes sociais. A morte e contaminação atacaram com rigor ampliado os corpos negros, femininos, proletarizados, situados na periferia da economia financeira global.

De acordo com dados coletados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a pandemia da COVID-19 provocou uma perda significativa de empregos e de renda em 2020, principalmente no setor informal. As novas modalidades de trabalho que já enfrentavam as contingências da precarização estrutural do trabalho, alcançaram novo patamar de corrosão. Na América Latina e Caribe, uma em cada duas pessoas trabalha em condições de informalidade e tem de duas a cinco vezes mais chances de estar na pobreza. Essa informalidade retornou após a pandemia, visto que, segundo a OIT, 60% e 80% dos empregos recuperados estão em situação de informalidade. Não seria exagero apontar que metade da força de trabalho brasileira de hoje não encontra amparo legal e está desassistida de políticas de geração de emprego e renda.

O paradigmático caso brasileiro já estabeleceu antes da pandemia, no governo de feições golpistas de Michel Temer, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), aprovada em 2017. Esse novo marco legal consagrou quase duas décadas de ataques à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e esfacelou os parâmetros legais públicos que regulam as relações trabalhistas. Junto a

* Doutor em Ciências Sociais. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Vitória, Brasil). E-mail: rafaelbellan@yahoo.com.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

famigerada Reforma Previdenciária, o ataque à proteção social do trabalho desorganizou amplamente o chamado *mercado de trabalho* a favor dos proprietários dos meios de produção.

As particularidades brasileiras das formas de exploração do trabalho e expropriação articulam-se às processualidades globais, que põem em relevo novas configurações da morfologia do trabalho. Confirma-se teórica e empiricamente a fragilidade das teses do *fim do trabalho*, que confunde o véu ideológico de mascaramento das atividades laborais em tempos de digitalização informacional com a realidade concreta. Muito distante da eliminação do trabalho pela maquinária tecnológica, percebe-se que os proletários da era digital se ampliaram. Eles vendem sua força de trabalho intermitente pelas mediações informacionais. Cresce o proletariado de serviços nas engrenagens da metamorfose do mundo produtivo. Praticamente todos os espaços de trabalho acabam “[...] potencialmente convertidos em geradores de mais-valor, desde aqueles que ainda mantêm laços de formalidade e contratualidade até os que se pautam pela aberta informalidade, na franja integrada do sistema” (ANTUNES, 2018, p.67). É o trabalho vivo explorado e *sugado* pelo trabalho morto como resumiu tão bem Marx em sua maior obra.

A desregulamentação da proteção social do trabalho e a aceleração da erosão do emprego formal tem sido a tônica da ofensiva política e ideológica do capital em tempos de crise. Nas últimas décadas a perspectiva neoliberal encontrou nas mudanças técnicas e tecnológicas um trampolim para a mutação nos espaços de produção e reprodução social. Passa-se a se perpetuar modelos de gestão do trabalho com marcas de uberização que resulta em maior insegurança e precarização, além da total transferência, para o próprio trabalhador, do *autogerenciamento* sobre a manutenção e também sobre os riscos da atividade laboral. As tecnologias da informação e da comunicação são organizadoras do território digital, que se expressa como nova paisagem do metabolismo do capital, mantendo seu poderio pelas esferas produtivas e reprodutivas.

A análise da maquinaria por Marx (2017) ganha novos contornos, o território digital engendra um sistema de cooperação complexa universalizante, visto que a figura do trabalhador coletivo se amplia. “A maquinaria [...] só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho” (MARX, 2017, p. 459).

As plataformas digitais criam uma gramática neoliberal que produz formas de individualização dos trabalhadores, os colocando como um microcosmo singular do mercado global, sendo que as redes camuflam a exploração da força de trabalho. A pobreza, miséria e o crescimento dos acidentes e adoecimentos no trabalho avolumam-se enquanto o discurso ideológico hegemônico responsabiliza o próprio trabalhador pelas mazelas adquiridas. O tripé neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização econômica sustentam a acumulação flexível e viabilizam o domínio tecnológico sobre a produção, reposicionando a exploração do trabalho em nova escala.

Além disso, a hegemonia de processos tecnológicos na produção capitalista adiciona novos contornos aos estranhamentos vividos pelos trabalhadores - informais e precários - que perdem cada dia mais qualquer marca de autonomia e controle sobre os processos de produção e circulação de mercadorias e serviços realizados por eles. A corrosão de direitos conquistados,

a proletarização de suas condições de trabalho, a pauperização e as reificações alargadas ao qual são alvo limitam seu papel socialmente constituído.

Abandonados nas infovias das tecnologias digitais, caracterizados enquanto perfis singulares, simulacros de unidade produtiva, *empreendedores de si mesmos*, os trabalhadores perdem sua relação com o gênero humano, sendo contaminados pelo individualismo burguês. No capitalismo, o desenvolvimento da maquinaria torna-se meio para a desumanização e para o irracionalismo. Algumas nuances desse novo período parecem fazer eco com a tese do capitalismo manipulatório (LUKÁCS, 2013), visto que esse território digital é responsável por aglutinar controle, vigilância, captura e indução de comportamentos, voltados unicamente para a reprodução ampliada do capital.

Mas a compreensão do processo e também a criação de resistências e alternativas aos ataques incessantes desferidos à classe trabalhadora não podem sair da agenda dos lutadores sociais. Dias com sensação de maior esperança parecem se apontar em 2023, com a derrota do projeto da extrema direita nas urnas. Não obstante, os sinais de que a revogação da Reforma Trabalhista não irá ocorrer, exige atenção e organização da classe. As ruas permanecem em disputa e a experiência dos governos de conciliação nos mostram que esse tempo de comemoração logo precisará ser substituído pela recuperação e construção do projeto de emancipação humana delineado por Marx.

Os textos dessa edição da revista *Argumentum* atenderam ao nosso chamado coletivo por uma cartografia do trabalho contemporâneo. A Sessão Debates conta com a ilustre contribuição do pesquisador da Unicamp José Dari Krein, que traça as tendências históricas do mercado de trabalho no Brasil, ressaltando as orientações políticas que atuaram em sua estruturação, com destaque para o ataque da Reforma Trabalhista de 2017, visto que ela criou um novo marco para pensar a regulação do trabalho no Brasil. O coordenador da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir) propõe uma importante agenda de pesquisa para o novo período, colocando pontos de inflexão para o debate sobre o trabalho no Brasil.

Próximos da tese da centralidade do trabalho na organização da sociedade, mas com leituras e trajetórias de pesquisa distintas, convidamos outros dois importantes pesquisadores para debater as ideias expostas por Krein. O sociólogo e professor da Universidade de Brasília (Unb) Ricardo Colturato Festi traça paralelos entre a perspectiva expostas pelo coordenador da Remir e obra recentemente publicada de Ursula Huws (2022), já que ambos buscam o resgate do Estado de Bem-Estar Social, problematizando a possibilidade histórica dessa saída para o mundo do trabalho. Já o museólogo e professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) Wagner Miquéias Damasceno dialoga com o texto principal e vai à raiz econômica das reformas (trabalhista e previdenciária) apontando as dimensões históricas que delimitam o novo cenário da luta de classes, demonstrando a necessidade de colocarmos na ordem do dia a atualidade histórica da bandeira socialista.

O Dossiê continua com a publicização de pesquisas que olham para segmentos do mundo do trabalho brasileiro, como as teleatendentes e mulheres extrativistas, bem como trazendo reflexões sobre o teletrabalho, o novo cenário tecnológico que cruza a esfera produtiva e também o impacto da pandemia entre as estagiárias de Serviço Social.

Aproveitamos para agradecer aos autore(a)s, pareceristas e a todo(a)s que contribuíram para a realização desta edição.

Boa leitura e um 2023 de muitas lutas e conquistas!

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HUWS, U. **Reinventando o Estado de bem-estar**: plataformas digitais e políticas públicas. Campinas: Unicamp, 2022.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital** – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.